



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 3º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: +55 (61) 3314-4154 - www.anac.gov.br

EDITAL Nº 48/ANAC/2021

Processo nº 00058.063697/2021-05

PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE INCENTIVO EDUCACIONAL – MODALIDADE REEMBOLSO PARCIAL

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39 da Instrução Normativa nº 157, de 15 de junho de 2020, comunica a abertura de Processo Seletivo para participação no Programa de Incentivo Educacional - PIE, modalidade reembolso parcial.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital tem por objetivo selecionar servidores do quadro funcional da ANAC para participar do Programa de Incentivo Educacional - PIE, mediante concessão de incentivo financeiro para reembolso parcial de parcelas vencidas a partir de 1º de janeiro de 2022, para realização de ações de desenvolvimento em nível de graduação, no país, ou pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, no país ou no exterior, observado o disposto nos arts. 16, 17 e 30 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, 6º, inciso I, e 36 a 39 da Instrução Normativa ANAC nº 157, de 15 de junho de 2020.

1.1.1. Serão reembolsadas exclusivamente as parcelas de cursos, iniciados ou por iniciar, vencidas após 1º/01/2022.

1.1.2. Em caso de disponibilidade orçamentária e interesse da Administração, poderão concorrer ao objeto deste Edital os servidores requisitados de outros órgãos e entidades em exercício na ANAC.

1.2. O incentivo educacional de reembolso parcial consubstancia-se no reembolso de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da parcela e da taxa de matrícula de ingresso no curso, se houver.

1.3. O PIE poderá ser solicitado conjuntamente com afastamento integral, exclusivamente para pós-graduações *stricto sensu*, no país ou no exterior, e pós-graduações *lato sensu*, no exterior, respeitadas as regras previstas nos editais específicos.

1.4. O PIE não abrange valores referentes a taxas, juros, multas, material didático, avaliações, material de uso e consumo, estágios, intercâmbios, disciplinas em que o servidor tenha sido reprovado ou qualquer outro custo acrescido ao valor da parcela, devendo o servidor informar expressa e tempestivamente à SGP sobre a ocorrência de tais despesas.

1.5. A manutenção do reembolso parcial para exercícios financeiros subsequentes dependerá de disponibilidade orçamentária.

1.6. Até que o servidor revalide no Brasil, na forma legalmente prevista, os títulos de cursos realizados por instituições estrangeiras não serão considerados para fins de promoção.

1.7. O Comitê de Avaliação de Graduação e Pós-Graduação - CAPGG, previsto no artigo 96-A, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, constituído mediante portaria da Superintendente de Gestão de Pessoas, tem a competência de analisar e decidir sobre as inscrições no PIE, bem como solicitar informações complementares aos candidatos, quando julgar necessário para melhor instrução do processo.

1.8. As vagas oferecidas neste processo seletivo atendem ao disposto no art. 16, do Decreto nº 9.991, de 2019, porquanto foram incluídas pela SGP no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2022 da ANAC, estando o servidor dispensado de anexar cópia do PDP no ato da inscrição.

1.9. As etapas do processo seletivo do PIE estão definidas no cronograma do Anexo I deste Edital.

2. DO ORÇAMENTO

2.1. O PIE dispõe de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** para o exercício de 2022, distribuídos da seguinte maneira:

- I - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para graduação;
- II - R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para pós-graduação *lato sensu*;
- III - R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos mil reais) para a pós-graduação *stricto sensu* – mestrado; e
- IV - R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) para pós-graduação *stricto sensu* – doutorado.

2.2. Os valores acima são indicativos, podendo haver remanejamento em caso de necessidade, priorizando-se as ações de capacitação de mais elevado grau acadêmico quando a demanda for superior à disponibilidade orçamentária.

2.3. Serão contempladas as solicitações de reembolso parcial até o limite orçamentário definido no item 2.1 deste Edital, de acordo com a ordem de classificação no processo seletivo.

2.4. O servidor aprovado no PIE concorda expressamente com a divulgação dos valores despendidos com a ação de desenvolvimento e de sua remuneração, nos termos dos arts. 16, parágrafo único, do Decreto nº 9.991, de 2019, e 14 da Instrução Normativa SGP/SED/ME nº 201, de 11 de setembro de 2019.

3. DOS PRÉ-REQUISITOS

3.1. São pré-requisitos para concorrer neste processo seletivo:

- I - quanto ao ingresso no curso (apenas na qualidade de aluno regular, vedada a participação de servidor inscrito como aluno especial):
 - a) estar matriculado no curso; ou
 - b) ter sido aprovado ou estar participando nos processos seletivos realizados pela instituição de ensino; ou
 - c) ter interesse em realizar curso previsto, cujo processo seletivo ainda não tenha iniciado, desde que observados os prazos do Anexo I deste Edital.
- II - não estar em estágio probatório;
- III - não ter sofrido penalidade de advertência ou suspensão nos 12 (doze) meses anteriores à data de término das inscrições ou não estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar;
- IV - ter a participação autorizada pela chefia imediata, mediante assinatura no formulário de inscrição, para pedido exclusivo de reembolso parcial;
- V - ter a participação autorizada pela chefia imediata e pelo dirigente máximo da UDVD, mediante assinatura no formulário de inscrição, quando o pedido de reembolso parcial for conjugado com afastamento integral; e
- VI - a ação de desenvolvimento e o projeto de pesquisa devem estar alinhados ao desenvolvimento do servidor nas competências relativas:
 - a) à unidade de lotação na ANAC;
 - b) ao cargo efetivo, cargo em comissão ou função de confiança.

3.2. Os pré-requisitos de que trata o inciso VI do item 3.1 deste Edital serão comprovados no formulário de inscrição, mediante a exposição das justificativas indicadas nos incisos II e III do item 4.2 deste Edital.

3.3. Os cursos de graduação e pós-graduação realizados no País deverão estar adequados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e devidamente registrados e autorizados a funcionar pelo

Ministério da Educação - MEC e/ou pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

3.4. Os cursos deverão ser realizados em instituições reconhecidas pela sua excelência, o que poderá ser comprovado por rankings, conceitos, produção de artigos ou outros documentos que possam ser considerados indicadores da qualidade do curso e da instituição.

4. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1. O servidor deverá iniciar processo “Pessoal: Incentivo à Formação Acadêmica” no SEI, cuja instrução registrará todos os atos realizados – desde a inscrição no processo seletivo, resultado da seleção, acompanhamento acadêmico, conclusão do curso, prestação de contas – até o encerramento do processo.

4.2. A inscrição no processo seletivo será efetivada mediante o encaminhamento do “Formulário de Seleção - Incentivo à Formação Acadêmica”, disponível no SEI, à Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - GDPE/SGP, no qual constarão:

I - as seguintes informações sobre a ação de desenvolvimento:

- a) nome do curso, nível acadêmico e instituição promotora;
- b) local em que será realizada, modalidade, carga horária prevista e datas de início e término do curso;
- c) objeto de pesquisa que será desenvolvido, quando houver;
- d) cronograma das atividades previstas, abrangendo o período para realização do curso, para a elaboração e defesa de monografia, dissertação ou tese ou para a realização de trabalho final; e
- e) valores previstos e cronograma de pagamento das parcelas, devidamente discriminados conforme solicitado no formulário de inscrição.

II - justificativa quanto ao interesse da ANAC naquela ação, visando ao desenvolvimento do servidor;

III - justificativa do requerente sobre a imprescindibilidade da ação de desenvolvimento para os objetivos estratégicos da ANAC;

IV - manifestação favorável da chefia imediata do servidor, no caso de pedidos exclusivos de reembolso parcial, mediante assinatura do formulário de inscrição; e

V - manifestação favorável da chefia imediata do servidor e do dirigente máximo da UDVD, nos casos de pedidos de reembolso parcial conjugados com afastamento integral, mediante assinatura do formulário de inscrição.

4.3. Documentos adicionais que deverão ser anexados ao processo para efetivação da inscrição:

I - documentos com informações do curso, tais como programa de estudo, disciplinas, ementas, conteúdos, carga horária, datas de início e fim, áreas de pesquisa, valores e cronograma de pagamentos etc.;

II - documentos com informações sobre a instituição promotora, em que conste o nome comercial da instituição, CNPJ (quando se tratar de instituições nacionais), endereço, reconhecimentos, rankings etc.;

III - conceito e registro do curso junto ao MEC, para cursos realizados no Brasil, nos termos do item 3.3 deste Edital; e

IV - documentos que comprovem a qualidade e reconhecimento da instituição e do curso, nos termos do item 3.4.

4.4. Os documentos relacionados no item 4.3 deste Edital poderão ser apresentados na forma de folders, panfletos, contrato de prestação de serviços educacionais, capturas de tela etc.

5. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. A classificação será realizada pelo CAPGG a partir da análise dos critérios abaixo, mediante atribuição de pontuação para cada quesito, na forma indicada no Anexo II:

- I - oportunidade de desenvolvimento para a sua área de atuação na ANAC;
- II - vinculação aos objetivos do Planejamento Estratégico 2020-2026;
- III - qualidade do curso, que será avaliada da seguinte maneira:
 - a) para cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados no País: conceito CAPES, em conformidade com o item 3.3 deste Edital; ou
 - b) para cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, bem como cursos realizados em instituições estrangeiras: documentos que comprovem a qualidade da instituição e do curso, em conformidade com o item 3.4 deste Edital;
- IV - nota da avaliação individual de desempenho do servidor e alcance das metas pactuadas no último ciclo avaliativo;
- V - atuação como instrutor em cursos promovidos pela ANAC;
- VI - atuação como membro de comissões, comitês ou subcomitês da ANAC, a qualquer tempo;
- VII - não ter recebido incentivo da ANAC para realização de graduação e pós-graduação.

5.1.1. Entende-se por incentivo qualquer modalidade de reembolso parcial ou custeio integral, afastamento parcial ou integral, com ônus ou ônus limitado, bem como incentivo de horas de estudo sem necessidade de compensação.

5.2. Em caso de empate, terá preferência o servidor que tiver:

- I - pós-graduação anterior ao ingresso na ANAC, não válida para promoção;
- II - maior tempo de efetivo exercício na ANAC;
- III - maior tempo de exercício no serviço público federal;
- IV - maior idade.

5.3. A pontuação será apurada mediante a soma dos pontos de acordo com o formulário do Anexo II deste Edital.

6. DO RESULTADO

6.1. A GDPE atestará o cumprimento dos pré-requisitos do item 3 deste Edital, indicando a conformidade da inscrição.

6.2. O CAPGG deliberará preliminarmente sobre os pedidos de reembolso parcial, com base nos critérios definidos no item 5 deste Edital, bem como elaborará a lista de classificação preliminar e dará ciência aos servidores inscritos, por e-mail, quanto aos seus pedidos, e mediante publicação da lista de classificados na intranet da ANAC.

6.3. Contra deliberação preliminar do CAPGG caberá pedido de reconsideração, **no prazo de 5 (cinco) dias**, mediante apresentação de informações e documentos complementares não contemplados na análise preliminar, sendo desconsiderados quaisquer documentos apresentados fora desse período.

6.4. Após a apresentação de pedido de reconsideração, o CAPGG deliberará definitivamente e cientificará os servidores sobre suas inscrições, por e-mail, e encaminhará os pedidos de reconsideração não acatados, a título de recurso, para decisão pela SGP.

6.5. Após análise dos recursos pela SGP, será publicado o resultado final do processo seletivo do PIE, modalidade reembolso parcial.

7. DO ORÇAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1. O processamento dos reembolso obedecerá aos procedimentos definidos pela SGP e ocorrerá até o último dia útil de cada mês, sendo lançados na folha de pagamento do mês seguinte.

7.2. O reembolso dos pagamentos feitos em moeda nacional será processado automaticamente após o início das aulas, segundo o cronograma de pagamentos e de início do curso apresentados na inscrição no processo seletivo, não sendo necessária a solicitação mensal de reembolso.

7.3. O reembolso dos pagamentos feitos em moeda estrangeira será processado após a apresentação dos respectivos recibos e comprovantes de quitação, na moeda original e em moeda nacional, condicionado ao início das aulas.

7.4. A não apresentação do comprovante de pagamento de curso, segundo o cronograma apresentado na inscrição, sem a devida justificativa, poderá implicar em perda de reembolso da respectiva parcela, caso o atraso implique em prejuízo da programação orçamentária do exercício.

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL

8.1. A prestação de contas semestral será feita no mesmo processo da inscrição, **em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento de cada semestre letivo**, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovação de rendimento acadêmico satisfatório no último semestre cursado e respectivo histórico escolar;

II - comprovantes de quitação das parcelas vencidas/reembolsadas e respectivos boletos de cobrança; e

III - programação das atividades para o semestre subsequente.

8.2. Após a prestação de contas semestral, eventuais ajustes financeiros que se fizerem necessários serão levados a termo na folha ou folhas de pagamento subsequentes, até que o débito ou crédito seja regularizado.

8.3. É dever do servidor informar tempestivamente à SGP sobre atrasos na emissão dos documentos comprobatórios, ficando o incentivo suspenso enquanto não houver a prestação de contas no prazo do item 8.1.

8.4. A ausência de prestação de contas ou a constatação de rendimento acadêmico insuficiente, sem as devidas justificativas, implicará em desligamento do PIE e restituição ao erário, nos termos do item 11.2 deste Edital.

8.5. O servidor poderá solicitar o trancamento de matrícula no curso com consequente suspensão do PIE, desde que a solicitação seja devidamente justificada e feita anteriormente ao início do período letivo que se pretende trancar, permanecendo a obrigação de finalização do curso, sob pena de incorrer no item 11.2 deste Edital.

9. DOS PROCEDIMENTOS APÓS CONCLUSÃO DO CURSO

9.1. O servidor deverá comprovar a conclusão da ação de capacitação **no prazo de até 30 (trinta) dias após o término do curso**, devendo apresentar:

I - certificado, diploma ou documento equivalente;

II - histórico escolar; e

III - cópia do trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese devidamente aprovada, quando for exigido no curso.

9.2. A não conclusão da capacitação ensejará a reposição de valores ao erário, nos termos do item 11.2 deste Edital, podendo haver solicitação devidamente justificada de prorrogação do prazo do item 9.1 deste Edital.

9.3. O trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese ou equivalente será incluído no Banco de Pesquisadores da ANAC, na biblioteca e estará disponível para consulta interna e externa, exceto quando o autor solicitar expressamente controle de acesso ao documento em razão do sigilo dos dados.

9.4. Os servidores deverão disseminar os conhecimentos adquiridos por meio de eventos promovidos pela SGP e por suas respectivas UDVDs, mediante elaboração de cursos, disponibilização de conteúdos na WikiANAC, apresentação de trabalhos no Papo ANACadêmico e outras formas definidas a qualquer tempo pela SGP.

9.5. A homologação das horas de capacitação, quando cabível, será feita automaticamente após a apresentação da documentação do item 9.1 deste Edital, sendo vedada a abertura de processo paralelo de homologação.

10. DO PERÍODO DE CARÊNCIA

10.1. Os servidores que concluírem as ações de capacitação no âmbito do PIE deverão observar os prazos de carência estabelecidos nos arts. 71 e 72 da Instrução Normativa nº 157, de 2020, sob pena de ressarcimento pelos custos incorridos.

10.2. O servidor estará desobrigado de cumprir o período de carência em razão de caso fortuito ou força maior.

11. DO DESLIGAMENTO DO PIE E RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO

11.1. O desligamento do PIE poderá ocorrer com ou sem restituição ao erário dos valores recebidos pelo servidor.

DESLIGAMENTO COM RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO

11.2. Perderá a condição de participante do PIE e ficará obrigado a devolver todo o valor recebido a título de incentivo financeiro, o servidor que:

- I - deixar de prestar contas em tempo hábil, nos termos dos itens 8 e 9 deste Edital, sem justificativa;
- II - abandonar o curso;
- III - for demitido;
- IV - solicitar exoneração ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável; ou
- V - requerer as licenças ou afastamentos previstos nos arts. 81, incisos II, IV, VI e VII, e 94 da Lei nº 8.112, de 1990.

11.3. Nas situações devidamente justificadas, o servidor participante exclusivamente do PIE que não conseguir finalizar o curso no prazo indicado na inscrição do processo seletivo, desde que cumpridas as demais obrigações, especialmente a quitação das parcelas e recuperação das disciplinas eventualmente reprovadas, poderá dispor de um ano adicional para finalização do curso, às suas expensas, antes que seja iniciado processo de reposição ao erário.

DESLIGAMENTO SEM RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO

11.4. Perderá a condição de participante do PIE e ficará desobrigado a devolver todo o valor recebido a esse título, o servidor:

- I - desligado do curso por caso fortuito ou de força maior;
- II - redistribuído;
- III - nomeado em cargo em comissão em localidade diversa da atual;
- IV - removido de ofício; e
- V - aposentado por invalidez.

11.5. Em quaisquer das hipóteses de desligamento do PIE será assegurado ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As regras previstas neste edital poderão ser alteradas, a qualquer tempo, mediante nova publicação de itens retificados, alterados ou complementados.

12.2. É dever do servidor aprovado neste processo seletivo informar tempestivamente à SGP qualquer anormalidade ou mudança identificada no decorrer do curso, especialmente no que concerne ao rendimento acadêmico, prazos letivos, alteração de valores das parcelas, trancamento de matrícula, bolsas e incentivos financeiros recebidos de outras instituições, prestação de contas ou qualquer alteração que importe em mudança das informações apresentadas na inscrição.

12.3. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8.112, de 1990 e, subsidiariamente, o previsto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.4. Os casos omissos ou não previstos e os conflitos de legislação serão decididos pela SGP.



Gestão de Pessoas, em 23/12/2021, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **6621859** e o código CRC **EA9D9F5A**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Período de inscrições	27/12/2021 a 04/02/2022
Divulgação do resultado preliminar	até 11/02/2022
Apresentação de pedido de reconsideração ou complemento de informações	12/02/2022 a 20/02/2022
Deliberação final CAPGG	até 23/02/2022
Análise dos pedidos de reconsideração não acatados pelo CAPGG, em grau de recurso, pela SGP	até 06/03/2022
Publicação do resultado em BPS e intranet	Até 11/03/2022

ANEXO II – FORMULÁRIO DE PONTUAÇÃO (CAPGG)

Critérios do item 5 do Edital e respectiva pontuação	Pontua	Não pontua	Não se aplica
O curso/pesquisa vincula-se a, pelo menos, um objetivo estratégico da ANAC (Planeamento Estratégico 2020-2026) (Item 5.II)	() 1 ponto	() 0 ponto	()
O curso de mestrado no país possui conceito CAPES entre 3 e 7? OU o curso de doutorado no país possui conceito CAPES entre 4 e 7? (Item 5. III. a)	() 1 ponto	() 0 ponto	()
O curso possui qualidade comprovada, de acordo com o Item 3.4 do Edital? (Item 5. III. b)	() 1 ponto	() 0 ponto	()
Candidato possui nota de avaliação individual de desempenho maior ou igual a 85 pontos no último ciclo avaliativo? (Item5. IV)	() 1 ponto	() 0 ponto	()
Candidato atuou como instrutor em cursos promovidos pela ANAC e está cadastrado no Banco de Educadores? (Item 5. V)	() 1 ponto	() 0 ponto	()
Candidato atuou em comitês, comissões ou subcomitês da ANAC, a qualquer tempo? (Item5. VI)*	() 1 ponto	() 0 ponto	()
Candidato não recebeu incentivo da ANAC para realização de graduação e pós-graduação (Item 5. VII)	() 2 pontos	() 0 ponto	()
Soma dos pontos:			

* Caso o candidato participe e/ou tenha participado de Comitês e/ou Subcomitês internos, deverá anexar à inscrição a portaria na qual conste sua designação como membro.